

Plano de Emergência

O presidente do Congresso, Nelson Carneiro, decidiu convocar reunião para o próximo dia 23 no Auditório Petrônio Portela do Senado, com a participação de quatro ministros de Estado, presidentes dos 17 partidos com representação nas duas Casas do Parlamento e dirigentes da CUT, CGT, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação Brasileira de Imprensa e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil para buscar consenso em torno de programa mínimo a fim de evitar que a crise econômico-financeira comprometa o processo de transição democrática.

O experiente político atende, assim, a sugestões que lhe foram encaminhadas por alguns líderes de bancadas, entre eles o deputado Roberto Freire do PCB, e candidato a Presidente da República. Carneiro não se ilude. Sabe das dificuldades a vencer para obter consenso em colegiado tão eclético, ainda mais quando se sabe que o Governo deverá fazer-se representar pelos ministros da Fazenda, do Trabalho, da Justiça e do Gabinete Civil.

Mas, diante da inquietação nacional que a crise provoca e do interesse revelado por importantes lideranças políticas, o senador acha que deve assumir a responsabilidade de promover a reunião para discutir um programa mínimo de emergência, entre várias alternativas que fatalmente serão colocadas para discussão pelas lideranças presentes. "Podemos levar um dia inteiro discutindo as sugestões que venham a ser

apresentadas para tentar o consenso em torno de um caminho viável", afirma o presidente do Senado, que já começou a convidar aquelas personalidades. Sua idéia é de que, diante da gravidade do momento, não é possível cruzar os braços.

No instante em que economistas de diversas tendências detectam sinais de que a crise poderá resultar na hiperinflação antes das eleições presidenciais de 15 de novembro, fenômeno que parece ter-se iniciado na Argentina, a tentativa do presidente do Senado não poderia ser mais oportuna.

Dirigentes dos partidos políticos, das centrais sindicais e das entidades representativas dos interesses dos empresários terão a oportunidade de discutir com o ministro da Fazenda um programa mínimo capaz de conter o ímpeto do processo inflacionário e, ao mesmo tempo, uma política que reponha as perdas salariais dos trabalhadores, reduzindo os efeitos perversos da deterioração econômica sobre a parcela mais frágil da população — a assalariada.

É muito difícil encontrar ponto de equilíbrio entre interesses conflitantes como os de governo, empresários e trabalhadores. Mas a situação brasileira atinge grau tão crítico que essas forças antagônicas poderão ser impelidas a buscar um denominador comum que evite o pior, fazendo concessões mútuas em torno de um elenco de medidas consideradas indispensáveis, neste momento.